

ACTA NÚMERO 8/09 DO EXECUTIVO
REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2009.

-----Aos dezasseis dias de Abril de dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência do Exmo. Sr. GIL NADAIS RESENDE FONSECA, e com a presença dos Exmos. Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES ALMEIDA, MARIA PAULA GRACA CARDOSO, JOAO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLOS FILIPE CORREIA ALMEIDA, ELSA MARGARIDA MELO CORGA, ANTONIO MANUEL ALMEIDA TONDELA. -----

-----Esteve presente para a secretariar, a Exma. Sr.^a ANA PALMIRA GASPAR ALBINO DE CAMPOS CRUZ, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro. -----

-----Eram dezassete horas quando o Exmo. Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE E SRS. VEREADORES -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos o Exmo. Sr. Presidente principiou por comunicar que já se iniciaram os trabalhos de desmatação dos terrenos do Parque Empresarial do Casarão. -----

-----A seguir, o Exmo. Sr. Presidente informou que, com a Reforma do Mapa Judicial e consequente criação da Nova Comarca do Baixo Vouga o Concelho de Águeda, passará a haver um Juízo de Pequena e Média Instância Cível; um Juízo de Trabalho (convertido do Tribunal de Trabalho); um Juízo de Execução (com competência especializada) e um Juízo de Instrução Criminal. Acrescentou, também, que estes serviços se encontram actualmente instalados na Casa dos Magistrados, na Rua Dr. Manuel Alegre, esperando-se a sua transferência, em breve, para o Palácio da Justiça, estando as obras a decorrer em tempo record. ---

----- Em seguida, o Exmo. Sr. Presidente comunicou que, no âmbito da reestruturação operada no sector da saúde, o novo Agrupamento do Baixo Vouga ficará instalado em Águeda, para servir uma população de cerca de 120.000 pessoas, dos Concelhos de Águeda, Anadia e Sever do Vouga. -----

----- O Exmo. Sr. Vereador António Tondela, interveio a seguir e a propósito da comemoração, no próximo dia 18, do dia dos Monumentos e Sítios, lembrou os vários edifícios com valor histórico e arquitectónico existentes na Freguesia de

Valongo do Vouga, para solicitar que se procedesse à elaboração de um Plano de Pormenor para o lugar de Arrancada, mais propriamente na rua com principio no Cruzamento de Arrancada do Vouga até à capela de santo António, que permita salvaguardar as respectivas fachadas e a recuperação de muitos edifícios que já se encontram em adiantado estado de degradação. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o Exmo. Sr. Vereador António Tondela referiu que a Câmara vai celebrar, com bastantes iniciativas, o dia do livro, o que é de louvar mas que lamenta que algumas delas, nomeadamente a presença do autor e contador de histórias, José Fanha, seja marcada para as duas horas e meia de um dia de aulas, quando todos os professores do 1º Ciclo se encontram a trabalhar, não obstante ele já ter estado a um sábado, numa outra Feira do Livro. --

----- Continuando a usar da palavra, o mesmo Exmo. Sr. Vereador comentou o facto da Câmara estar a promover um concurso para o logótipo da Nova Biblioteca de Águeda e sugeriu que se comece, também, a pensar no nome, tendo os Exmos. Srs. Vereadores do P.S.D. apontado o nome de “Poeta Manuel Alegre” que foi aceite unanimemente. Na sequência deste assunto, foi acordado que em futura reunião será apresentada uma proposta formal para o nome daquele equipamento municipal e feita uma visita às instalações. -----

----- A terminar a sua intervenção, o Exmo. Sr. Vereador António Tondela quis saber se se prevê encerrar alguns estabelecimentos pré-escolares (Jardins Infantis) ou do 1º Ciclo, no próximo ano lectivo e comentou a falta de segurança que se vive no Concelho, relatando um caso ocorrido no Parque de estacionamento junto aos Paços do Concelho. Em sua opinião, parte da insegurança que se vive é provocada por jovens desocupados, com demasiado tempo livre, devidamente identificados pelas forças de segurança, pelo que o problema deveria ser combatido a nível das Escolas, envolvendo todos os interveniente, nomeadamente a equipa da Escola Segura, que tem dado alguns frutos, Educadores, Pais e Autarquia, por forma a alcançarem-se resultados mais animadores. -----

----- Em resposta às intervenções anteriores, o Exmo. Sr. Presidente disse que, em sua opinião, um Plano de Pormenor para a zona de Arrancada seria muito limitador na medida em que poderia cortar a possibilidade de intervenção em alguns dos prédios degradados, e que o assunto será resolvido com a Revisão do PDM, em fase de conclusão, que irá permitir a preservação das fachadas e uma certa liberdade de intervenção no interior dos prédios. -----

----- Relativamente às actividades promovidas pela Biblioteca Municipal para assinalar o Dia do Livro, a Exma. Sr.^a Vereadora Elsa Corga disse que, para o 1º Ciclo do Ensino Básico, faz todo o sentido a questão levantada pelo Exmo. Sr. Vereador António Tondela relativamente aos horários a que algumas iniciativas se vão realizar, pelo que será um alerta a ter em conta em outras iniciativas. -----

----- Acerca do eventual encerramento de escolas no próximo ano lectivo, o Exmo. Sr. Presidente informou que, após consulta aos Agrupamento de Escolas, foi informado de que nenhum estabelecimento escolar iria encerrar no próximo ano.

----- A terminar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Exmo. Sr. Presidente informou, ainda, que os jovens que têm originado desacatos e alguns furtos no Concelho, estão referenciados e a ser acompanhados pelo Instituto de Reinserção Social, mas que, na sua opinião, precisam de um outro tipo de actuação, de uma intervenção diferente, que levem a outra solução. -----

----- **ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

----- SUA APROVAÇÃO -----

----- Continuando os trabalhos, foi aprovada e assinada a Acta da reunião anterior, cuja leitura foi dispensada, uma vez que foi distribuída, em fotocópia, pelos Membros do Executivo. -----

----- Os Exmos. Srs. Vereadores Carlos Almeida e António Tondela, abstiveram-se, por não terem estado presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- APOIOS FINANCEIROS -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir os seguintes apoios financeiros: -----

----- Ao NÚCLEO ASSOCIATIVO DA ESTGA, um subsídio no valor de 2.000,00, para apoio à realização do FESTUNAG 2009. -----

----- À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA VALONGUENSE, um subsídio no valor de 410,00€, para apoio à Organização do I Torneio de Futebol Jovem – ADV. -----

----- Ao SPORTING CLUBE DE FERMENTELOS, um subsídio no valor de 3.070,00€, para apoio à sua participação do X Torneio Internacional A.D. Pontepasaxe – Corunha, Espanha. -----

----- À UNIÃO DESPORTIVA MOURISQUENSE, um subsídio no valor de 10.530,00€, destinado a apoiar a actividade desportiva do clube. -----

----- Ao CLUBE DE TÊNIS DE ÁGUEDA, um subsídio no valor de 1.580,00€,

destinado a apoiar a beneficiação de instalações. -----

----- **ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO** -----

----- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Ex.mo Sr. Vereador João Clemente, que autorizou a abertura da Loja “Viagens Abreu”, sita em Águeda, Praça do Município, nº 75, Loja 5, no fim de semana de 04 e 05 de Abril das 10:00H às 22:00H para a realização do evento “Mundo Abreu”. --

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar as seguintes prorrogações de prazo: -----

----- INFRA-ESTRUTURAS DE SANEAMENTO E ÁGUA NA ZONA DE BENEFICIAÇÃO DA EN1 – prorrogação graciosa do prazo para conclusão da obra, até 9 de Abril de 2009. -----

----- LIGAÇÃO DA TRAVESSA DO RIBEIRINHO AO LARGO DO GINÁSIO CLUBE DE ÁGUEDA – prorrogação de prazo legal, até ao dia 26 de Abril de 2009.-----

----- **TRABALHOS A MAIS** -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar que sejam levados a efeito, nas empreitadas que se descriminam, os Trabalhos a Mais mencionados: -----

----- PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO CABEÇO, EM VALE DOMINGOS, FREGUESIA DE ÁGUEDA, Trabalhos a Mais, a preços do Contrato, no valor de 865,28€. -----

----- CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA BELAZAIMA – AGADÃO, Trabalhos a Mais, a Preços de Acordo, no valor de 3.566,50€. -----

----- LIGAÇÃO DA TRAVESSA DO RIBEIRINHO AO LARGO DO GINÁSIO CLUBE DE ÁGUEDA, Trabalhos a Mais, no valor de 11.203,30€. -----

----- **AUTOS DE REVISÃO DE PREÇOS** -----

----- Foi, também, deliberado, neste ponto da Ordem de Trabalhos, aprovar os seguintes Autos de Revisão de Preços: -----

----- Auto Provisório da Revisão de Preços nº 2, da Empreitada de

CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA BELAZAIMA – AGADÃO, no valor de 2.053,40€. -----

----- Auto de Revisão de Preços nº 1, da Empreitada de ABASTECIMENTO DE ÁGUA A MACIEIRA DE ALCÔBA, no valor de 9,79€. -----

----- Auto de Revisão de Preços Final, da Empreitada de PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO PASSAL, NA FREGUESIA DE RECARDÃES, no valor de 147,67€. -----

----- Auto definitivo da Revisão de Preços nº 3, da REPAVIMENTAÇÃO DA RUA Nº Sª DE FÁTIMA, ATÉ AO LARGO DA IGREJA, EM ÓIS DA RIBEIRA, no valor de 443,29€. -----

----- ADJUDICAÇÃO DE OBRA -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, também por unanimidade, de acordo com o Proposta no Respectivo Relatório Final de Adjudicação das propostas, adjudicar a Empreitada de “Açude no Rio Águeda, Freguesia de Águeda”, à firma Oliveira – Engenharia e Construções, S.A. – Proposta Condicionada, pela importância de 1.673.507,32€, com o prazo de execução de 135 dias. -----

EDUCAÇÃO -----

----- PROPOSTA DE ADIANTAMENTO DE VERBAS PARA PAGAMENTO A PESSOAL NO 3º PERÍODO DO ANO LECTIVO DE 2008/2009 -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que foi presente, de adiantamento da verba de 26.025,88€, aos Agrupamentos de Escolas respectivos, referente ao pagamento a pessoal que assegura a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, no 3º período do ano lectivo de 2008/2009.-----

----- ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ÁGUEDA -----

----- Depois de devidamente analisado, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração, a celebrar com a Direcção Regional de Educação do Centro, tendo em vista a requalificação da Escola Básica Fernando Caldeira, em Águeda. -----

----- **JUNTAS DE FREGUESIA** -----

----- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, delegar, nas respectivas Juntas de Freguesia, mediante os protocolos que foram presentes e aprovados, a execução das seguintes obras: -----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE BELAZAIMA DO CHÃO -----

----- Requalificação dos Parques de Alvarim e Moinho do Vento, em Belazaima do Chão; -----

----- Conclusão do Calçetamento dos caminhos interiores ao cemitério em Belazaima do Chão. -----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE CASTANHEIRA DO VOUGA -----

----- Regularização do abastecimento de água aos lugares de Serra de Cima, Serra de Baixo, Avelal e Talhadas, em Castanheira do Vouga. -----

----- ACORDOS DE APOIO FINANCEIRO PARA DIVERSAS FREGUESIAS -----

----- Foi, também, deliberado, neste ponto da Ordem de Trabalhos, aprovar os Acordos de Apoio Financeiros, a celebrar com as respectivas Juntas de Freguesia, com vista à transferência de verbas para a aquisição de um imóvel anexo à sede da Junta de Freguesia da Borralha – 2ª tranche e para a aquisição de um terreno e imóvel junto ao cemitério de Travassô – 1ª fase.-----

----- ELEVAÇÃO DE VALONGO DO VOUGA A VILA -----

----- Presente, a seguir, um ofício da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território – Subcomissão para a criação de novos Municípios, Freguesias, Vilas e Cidades - que solicita, entre outros elementos, o parecer da Câmara relativamente ao Projecto de Lei nº 701/X, apresentado na Mesa da Assembleia da República, pelo Partido Social Democrata, com vista à elevação de Valongo do Vouga à categoria de Vila. -----

Analizado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, face às dúvidas suscitadas, solicitar informações à respectiva Junta de Freguesia. -----

----- **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE PROJECTOS DE SUPRESSÃO DE PASSAGENS DE NÍVEL** -----

----- Depois de analisar todo o processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, reconhecer serem de Interesse Público Municipal as obras que a REFER – Rede Ferroviária Municipal, pretende levar a efeito com vista à supressão das Passagens de Nível aos Kms 14+668 e 3+621 e a reconversão da Passagem de Nível ao KM 3+276, com mudança de local para o KM 3+405, na Linha do Vouga, Troço Sernada /Aveiro. -----

----- **REABILITAÇÃO URBANA** -----

----- BENEFÍCIOS SOCIAIS -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta que se transcreve: -----

----- “O artigo 99.º da lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2009), introduz novas medidas fiscais e normativas, que visam acelerar o processo de reabilitação urbana em imóveis localizados nas denominadas “áreas de reabilitação urbana”, e nas habitações arrendadas passíveis de actualização faseada das rendas. -----

----- Os novos benefícios fiscais traduzem um alargamento a novos incentivos ou a ampliação dos prazos daqueles anteriormente instituídos, nomeadamente, isenções de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nas acções de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e concluídas até 2020, para os prédios urbanos arrendados passíveis de actualização faseada de rendas e para todos os outros localizados nas áreas de reabilitação urbana. -----

----- As áreas de reabilitação urbana definidas para a área do Concelho, por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 30 de Abril de 2008, abrangem a zona central da cidade de Águeda e os núcleos urbanos de Paredes e Assequins. -----

----- São consideradas acções de reabilitação as intervenções que garantam um estado de conservação do imóvel pelo menos dois níveis acima do atribuído antes da realização dos trabalhos, conforme o descrito na alínea a) do nº 22 do artigo 71º da Lei 64-A/2008, o Código do IMI e o Novo Regime do Arrendamento Urbano, devendo os interessados requerer à Autarquia as devidas vistorias, antes e após conclusão das obras. -----

-----Nestes termos, e de acordo com a alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o artigo 99.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e artigo 12.º da Lei das Finanças Locais, propõe-se à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal, para os prédios objecto de acções de reabilitação, iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e concluídas até 2020, localizados nas áreas de reabilitação definidas ou arrendados passíveis de actualização faseada de rendas, as seguintes medidas:-----

1. Isenção de IMI por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação, que pode ser renovada por um período adicional de cinco anos, em conformidade com o artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008;-----

2. Isenção de IMT nas aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa, em conformidade com o artigo 71.º do EBF, na redacção dada pela Lei n.º 64-A/2008. -

----- **PESSOAL** -----
----- PROPOSTA DE PAGAMENTO DE DESPESAS RESULTANTES DE
ACIDENTE DE SERVIÇO DE TRABALHADOR MUNICIPAL -----

----- Na sequência do deliberado na reunião anterior, a Câmara, a seguir, analisou todo o processo e deliberou por unanimidade, aprovar a seguinte proposta: -----

-----“ A 5 de Março de 2002, o Sr. Carlos Pereira Almeida, na altura funcionário dos extintos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), hoje assistente operacional da Autarquia, sofreu um acidente enquanto trabalhava, que levou ao seu internamento e tratamento hospitalar. -----

----- O sinistro foi participado à companhia de seguros dos SMAS, que veio a recusar a responsabilidade, alegando ter o acidente ocorrido por “manifesta inobservância das normas legais de segurança”. Após alguma insistência, a companhia de seguros esclareceu que as regras de segurança preteridas foram os artigos 40º, 41º e 51º da Portaria 53/71, de 3 de Fevereiro, que aprovou o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nos Estabelecimentos Industriais. -----

----- Consultado o processo existente do Serviço de Recursos Humanos verifica-se que os SMAS solicitaram ao seu consultor jurídico interposição de acção contra a seguradora para exercício de direito de regresso relativamente às despesas que foram entretanto pagando, em consonância com a deliberação do Conselho de Administração de 10 de Maio de 2005. O Serviço de Recursos Humanos esclareceu, ainda, que a Autarquia pagou também despesas hospitalares e que suporta a despesa inerente à incapacidade permanente atribuída ao funcionário, liquidada por intermédio da Caixa Geral de Aposentações. -----

----- Das informações colhidas conclui-se que não foi interposta qualquer

acção judicial para reaver as despesas decorrentes do acidente pagas pelos serviços. -----

----- Uma vez que a prescrição do direito de regresso começa a contar a partir do cumprimento, conforme o disposto no Código Civil, poderá já estar inviabilizado o recurso a acção judicial para as despesas assumidas há mais de 3 anos. -----

----- O Hospital Distrital de Águeda solicita agora o pagamento da importância de € 35.542,53 pela prestação de cuidados de saúde ainda decorrentes do acidente. -----

----- Tudo considerado, propõe-se ao Executivo Municipal, que autorize o pagamento da despesa agora presente pelo Hospital e, eventualmente, doutros encargos que venham a surgir resultantes da reparação de danos emergentes do acidente, e que, se o parecer do Advogado da Autarquia for nesse sentido, determine o exercício de direito de regresso contra a seguradora, relativamente a este pagamento e a outros que não tenham ainda prescrito. -----

----- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL -----

----- Seguidamente, no âmbito do protocolo de transferência de competências na área da Educação, ao qual o Município aderiu, que atribuiu a responsabilidade da gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino até ao 3º ciclo do Ensino Básico à Autarquia, a Câmara deliberou, por unanimidade, com vista à organização do próximo ano lectivo e dado que esta situação não estava prevista no mapa de pessoal da Câmara Municipal, foi deliberado, por unanimidade, proceder à alteração do mesmo para a colocação de mais 10 Assistentes Operacionais. -----

----- **PROPOSTA DE CONTRACÇÃO DE EMPRESTIMO** -----

----- Presente o processo referente à contracção de um empréstimo, de médio e longo prazo, até ao montante de 5.000.000,00€ (Cinco milhões de Euros). -----

----- Analisado todo o processo, já instruído com o relatório de análise das propostas apresentadas pelas seis Instituições Financeiras convidadas a apresentar proposta – Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo, Crédito Agrícola Baixo Vouga, Banco Português de Investimentos, Banco Millennium BCP e Banco Santander Totta - a Câmara considerou que quem apresentou a proposta mais vantajosa para o Município foi o Banco Português de Investimentos. -----
Nestes termos, foi deliberado autorizar a Câmara a contrair o referido empréstimo

no Banco Português de Investimentos, nas seguintes condições: -----

-----VALOR DE EMPRÉSTIMO – 5.000.000,00€ (Cinco milhões de Euros); -----

----- PRAZO MÁXIMO – Vinte anos, incluindo 36 meses de carência. -----

----- TAXA DE JURO – Variável indexada a Euribor a seis meses, com um spread de 1,657%. -----

----- AMORTIZAÇÕES E REEMBOLSOS – Periodicidade semestral. -----

----- **CONTAS DO MUNICÍPIO** -----

----- APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADE E CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA, BEM COMO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO. -----

----- Continuaram os trabalhos com a análise do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como os documentos de Prestação de Contas e respectiva certificação legal, documentos oportunamente entregues aos Membros do Executivo, para apreciação. -----

----- Tecidas algumas considerações e ouvidas as explicações dadas pelo Ex.mo Sr. Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos em apreço e remetê-los à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **REVISÃO DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO** -----

----- **APRECIAÇÃO DE PROPOSTA** -----

----- Verificando-se a necessidade de executar obras no âmbito da Educação e da Construção de Redes de Saneamento no Concelho, que não estão previstas nas Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2009, foi presente à Câmara a Primeira Revisão daqueles documentos, elaborada nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Depois de devidamente analisada a proposta apresentada e ouvidas as explicações da sua necessidade e oportunidade, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Primeira Revisão às Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009, que atinge, em Inscrições/Reforços, um montante de 6.760.100,00€. -

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **ALTERAÇÃO DE ARTIGOS DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES URBANISTICAS E OBRAS NO ESPAÇO PUBLICO MUNICIPAL** -----

-----A seguir, a Câmara, depois de devidamente analisada, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta que se transcreve: -----

----- “Considerando a aposta do Executivo Municipal na simplificação procedimental e consequente desburocratização dos processos;-----

----- Pretendendo evitar deslocações desnecessárias dos munícipes, primando por um serviço célere e eficiente; -----

----- Pretendendo ajustar os procedimentos existentes às necessidades de todos e providenciar pelo melhor funcionamento e eficácia dos serviços municipais, com resposta adequada a cada momento e vicissitude em que surge a intervenção municipal; -----

-----Tendo como objectivo difundir, estimular e motivar os cidadãos na utilização das tecnologias de informação, assegurando a democraticidade da sociedade da informação, promovendo a igualdade de oportunidades e incentivando o uso da Internet e a desmaterialização dos procedimentos;-----

----- Considerando as dificuldades sentidas por todos face à recente conjuntura económica e a necessidade de garantir medidas de apoio que minorem os efeitos da crise e atenuem as dificuldades financeiras da população;-----

----- No sentido de implementar medidas concretas no âmbito das operações urbanísticas e realização de trabalhos na via pública, propõe-se a alteração dos artigos 4º, 5º, 7º e 28º do Regulamento e Tabela de Taxas no âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço Público Municipal, e o aditamento ao mesmo diploma regulamentar do artigo 7º-A, reduzindo o valor das taxas devidas quando os pedidos são submetidos via Internet e quando os projectos garantam eficiência energética acrescida, alargando a possibilidade de proceder ao pagamento em prestações das taxas devidas, e prevendo a liquidação e pagamento das taxas de ocupação do domínio público municipal em simultâneo com a entrega do pedido por motivo de obras, de forma a permitir que a licença seja posteriormente remetida ao requerente, sem necessidade da sua deslocação aos serviços municipais; -----

----- Perspectiva-se ainda, a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças, prevendo a possibilidade da liquidação e pagamento das taxas estabelecidas aquando da apresentação do requerimento do acto pretendido, sempre que viável, e a uniformização das taxas devidas pela emissão de mapas de horários

de funcionamento, de forma a simplificar o procedimento e incentivar a actividade económica;-----

----- Nestes termos, e de acordo com o estipulado nos artigos alíneas a), e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea j) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Águeda: -----

----- **1- A alteração dos artigos 4.º, 5.º, 7.º e 28.º do Regulamento e Tabela de Taxas no âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço Público Municipal**, publicado na II Série do Diário da República de 14 de Junho de 2007, e aditamento do artigo 7.º - A ao mesmo regulamento, conforme a seguinte redacção:-----

----- “Artigo 4.º -----

-----Isenção e redução de pagamento de taxas -----

1-

2-

3-

4-

5-

6-

7-

8-

9 – Os pedidos de licença apresentados via internet, terão uma redução no pagamento da taxa de 50%, não se aplicando a taxa de processamento prevista no artigo 12.º. -----

----- “Artigo 5.º -----

----- Pagamento em prestações -----

----- 1- Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respectivo valor for igual ou superior a € 500, o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida, implicando a falta de pagamento de uma prestação o vencimento de todas as

outras. -----

2- -----

a) -----

b) -----

c) -----

3- -----”

----- “Artigo 7.º -----

----- Incentivos à construção ambientalmente sustentável -----

1- -----

2- -----

3- Os projectos com desempenho energético A+, constante da Declaração de Conformidade Regulamentar, anexa à Ficha de Demonstração da Conformidade Regulamentar das características de comportamento térmico dos edifícios para Emissão da Licença ou Autorização de Construção, terão uma redução da taxa de 50%. -----

4- (anterior n.º 3). -----

5- (anterior n.º 4).” -----

----- “Artigo 7.º - A -----

----- Cumulação de taxas -----

----- As isenções parciais e reduções de taxas não são cumulativas, aproveitando a mais vantajosa para o requerente.” -----

----- “Artigo 28º -----

-----Taxas -----

1- O pagamento das taxas devidas, será efectuado aquando da apresentação do pedido de licença para ocupação do domínio público municipal, de acordo com a presente tabela de taxas e licenças em vigor no município. -----

2- Quando se verifique liquidação de quantia superior ou inferior à devida, deverão os serviços promover o acerto e a restituição ao interessado da importância indevidamente paga ou a liquidação adicional.” -----

2- A alteração do artigo 8º do **Regulamento de Taxas e Licenças**, publicado na II Série do Diário da República, de 27 de Dezembro de 2002, e do artigo 25.º da Tabela de Taxas e Licenças anexa, em conformidade com a seguinte redacção:--

“Artigo 8º -----

----- Procedimentos de liquidação -----

1-

2-

3- Sempre que possível, a liquidação e pagamento das taxas devidas, será efectuado aquando a apresentação do pedido de licença/autorização ou do acto pretendido.”-----

----- “Secção II -----

----- Horários de funcionamento -----

----- Artigo 25.º -----

1- Com excepção do previsto no número seguinte, a emissão e alteração dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, estão isentas de taxa. -----

2- Alargamento dos horários de funcionamento, por alteração dos limites estabelecidos no respectivo regulamento municipal----- 40,00 €

----- **INSCRIÇÃO DA CÂMARA COMO MEMBRO FUNDADOR DE ASSOCIAÇÃO** -----

---- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a proposta que se transcreve: -----

-----“No desenvolvimento do Projecto RICÁgueda, foi apresentada a proposta de criação de um Living Lab na área da iluminação, reconhecendo a importância deste sector da actividade industrial no nosso Concelho e as potencialidades que a eficiência energética tem no panorama europeu e mundial. -----

----- Surgiu, assim, o **Lighting Living Lab**. Esta estrutura institucional, que acolherá um “ambiente” onde serão desenvolvidos projectos de investigação e desenvolvimento no campo da Iluminação e da Eficiência Energética, em articulação com as Tecnologias de Informação e Comunicação, com um elevado envolvimento dos utilizadores finais dos futuros produtos/serviços. -----

----- Para a sua constituição, a Autarquia convidou os empresários desta área para a realização de uma reunião na Universidade de Aveiro, com a participação da ESTGA , o CICECO (Centro de Investigação em Cerâmica e Materiais Compostos) e o IEETA – Instituto de Engenharia Electrónica e Telemática de Aveiro – considerados os parceiros-chave para garantir a participação do “conhecimento” em todo o processo. A ligação do conhecimento académico com as

empresas, com a Autarquia e com os utilizadores finais é um dos princípios básicos do sucesso deste Living lab.-----

----- Como parceiros, para além da UA e da ESTGA, logo nessa reunião mostraram interesse as seguintes empresas: -----

----- Exporlux, Bluespan, Indelague, Globaltronic, HFA, Artinox, Climar, ABIMOTA. -----

----- Estas empresas e a REXEL (Empresa de comercialização) constituíram a base de Associação que foi candidata à ENoLL (European Network of Living lab's) , tendo sido uma das duas únicas aprovadas nesta “call” (em Novembro) em todo o país. -----

----- Já numa reunião de trabalho seguinte, também a Soltráfego, Ligthenjin, Solarplus e a Revigrés manifestaram interesse e passaram a participar nas reuniões de trabalho subsequentes. -----

----- Assim, e para que o LLL possa exercer plenamente as suas funções e beneficiar das vantagens que a rede confere, é necessário que assuma uma personalidade jurídica. -----

----- Desde essa data têm decorrido várias reuniões com os membros fundadores, tendo sido aprovada na última reunião do dia 8 de Abril de 2009, por unanimidade, a criação do Lighting Living Lab, enquanto entidade jurídica, sob a forma de uma Associação sem Fins Lucrativos de Direito Privado, adoptando o nome de Lighting Living Lab – Associação. -----

----- Assim, a Câmara Municipal de Águeda, que deu início e dinamizou todo o processo até ao momento, pretende formalizar, através de acto público, a constituição da Associação, sendo um dos membros fundadores, com as empresas e Instituições acima referidas, pelo que submete à consideração do Executivo Municipal esta pretensão para, de seguida, apresentar a proposta a Assembleia Municipal. -----

----- Eram vinte horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou presente acta, que eu, ANA PALMIRA GASPAS ALBINO DE CAMPOS CRUZ, Directora de Departamento Administrativo e Financeiro, redigi, subscrevo e assino com o Exmo. Sr. Presidente. -----